

HISTORICIDADE DA DISCIPLINA DE EXTENSÃO RURAL⁶

José Renato Duarte Fialho⁷

1. Introdução

Neste trabalho nos propomos fazer uma abordagem sobre a historicidade da disciplina de Extensão Rural no Brasil, desde o seu surgimento como disciplina acadêmica nos currículos dos cursos das ciências agrárias, passando pelas reformulações que sofreu no tempo, até chegar na atualidade, onde novamente se discute a necessidade de uma revisão de seus conteúdos e estratégias metodológicas, visando adaptá-los ao ideário ou pressupostos de uma emergente agricultura sustentável.

Pretendemos, com o artigo, contribuir com as discussões que estão tomando corpo na academia e que visam, fundamentalmente, adequar a disciplina de Extensão Rural e disciplinas afins à realidade do momento histórico que vivemos. Momento este que se caracteriza, por um lado, pela globalização da economia, pela integração dos mercados e pelas políticas neoliberais, e por outro, pelas demandas por estratégias de desenvolvimento local/regional, pelo ideário do desenvolvimento sustentável e pelas demandas socio-econômicas, mas também tecnológicas, de importantes segmentos sociais, historicamente marginalizados pelas políticas públicas de desenvolvimento.

Historicamente, a disciplina de Extensão Rural tem respondido às demandas externas, sejam elas oriundas do Estado, através do Serviço Oficial de Extensão Rural, sejam oriundas da sociedade civil organizada, sindicatos e associações de agricultores, no sentido de aprimorar a formação de um profissional capaz de transferir tecnologia agropecuária e gerencial. Na atualidade, nos deparamos com uma problemática muito mais complexa e que não comporta mais a simples opção por um tipo de público ou por um modelo de comunicação e/ou transferência de tecnologia. Entendemos que uma abordagem sobre os principais momentos vividos pela disciplina de Extensão Rural nos currículos dos cursos das agrárias, poderá servir de “pano de fundo” para a construção de uma nova disciplina, mais ajustada às demandas do momento atual.

⁶ Trabalho adaptado da palestra proferida na abertura do I Encontro sobre o Ensino de Extensão Rural e Desenvolvimento Sustentável da Região Sul, realizado na UFSM, de 25 a 26/04/96.

⁷ Professor Titular do Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural.

Faremos esta abordagem dividindo a historicidade da disciplina em três fases: 1- a difusionista/inovadora; 2- a da releitura da realidade e da crítica aos modelos; 3- a atual, que denominamos de adequação ao novo paradigma tecnológico.

2. A Fase Difusionista/Inovadora

A disciplina de Extensão Rural é uma das tradicionais disciplinas que compõem os currículos dos cursos das ciências agrárias, tendo inclusive sobrevivido a mais de uma revisão curricular. Estas revisões curriculares, além de provocarem importantes alterações nos conteúdos programáticos e/ou estratégias metodológicas da disciplina, sempre reafirmaram o seu papel de destaque na formação dos profissionais das ciências agrárias.

A presença da disciplina de Extensão Rural nos currículos dos referidos cursos, desde os seus primórdios, parece estar relacionada à importante participação da Universidade brasileira, desde a década de 40, na implantação dos primeiros Serviços de Extensão Rural no país. No caso de Cursos ou Faculdades das ciências agrárias implantados mais recentemente, também se constata evidências da influência direta das instituições oficiais de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), tanto na manutenção da disciplina citada nos currículos, como nas definições de seu conteúdo programático e das estratégias metodológicas adotadas. Um bom exemplo disto é a origem e a história da disciplina nos currículos dos cursos de graduação do Centro de Ciências Rurais da UFSM, a partir da década de 60. Neste caso particular, houve sempre uma estreita vinculação entre os primeiros professores de Extensão Rural e o Serviço Oficial de ATER, tendo como ponto culminante a participação dos primeiros, como discentes, nos treinamentos oferecidos pelo segundo, os chamados “Pré-serviços”. Percebe-se que a Universidade, neste particular, se abastece e calibra suas ações pedagógicas nos programas e na prática do Serviço Oficial de ATER, buscando com isto adequar a formação profissional dos alunos dos cursos das ciências agrárias aos requerimentos do principal empregador. Esta dependência externa inicial acompanhará a disciplina e seus professores por muito tempo. Era comum encontrar-se nos conteúdos programáticos da disciplina uma expressiva carga horária dedicada ao estudo da origem, da história, dos objetivos, da estrutura organizacional, bem como das diretrizes, das estratégias e dos métodos e técnicas de trabalho do Serviço Oficial de ATER. Temos aí uma clara demonstração de que, apesar dos esforços realizados por alguns docentes, o ensino de Extensão Rural, tanto na UFSM como nas demais Universidades da Região Sul, continuou caudatário de diretrizes e inclusive da Política de ATER. Diretrizes e políticas que, mesmo sendo elaboradas fora do ambiente acadêmico, foram capazes de influenciar, de forma

significativa, tanto os responsáveis pela elaboração dos currículos, como os encarregados de definir os programas de ensino da disciplina de Extensão Rural e seus desdobramentos metodológicos. Não pretendemos entrar no mérito se esta foi uma influência boa ou má, considerando a época em que ocorreu, apenas queremos registrar que a Universidade, nesta área específica dos currículos dos cursos em questão, era caudatária, e inclusive comprometida com as ações extensionistas que se viabilizavam através das políticas públicas de desenvolvimento rural.

A opção do Estado brasileiro por um modelo de desenvolvimento urbano-industrial, apoiado numa modernização conservadora, e portanto seletiva, da agricultura, foi sem dúvida, um balizador da expressiva expansão do Ensino Agrícola Superior no país. Por isso mesmo, dos Centros de Ensino Agrícola Superior esperava-se que fossem capazes de responder aos desafios propostos pelos planos nacionais de desenvolvimento da época e que, via de regra, na definição e implementação de política agrícola, alicerçavam-se no crédito agrícola, na pesquisa centralizada e direcionada para produtos de exportação e na difusão de tecnologia agropecuária e gerencial.

Verifica-se então que os primeiros programas da disciplina de Extensão Rural estavam balizados pelas ações extensionistas do Estado, e portanto, espelhavam o modelo oficial de ATER. Preponderava nos mesmos a abordagem difusionista com destaque para a metodologia de difusão de tecnologia agropecuária. Estes programas foram concebidos para instrumentalizar o futuro profissional a executar tarefas de difusão de inovações que lhe fossem encomendadas pela agência oficial que o contratasse.

O projeto extensionista oficial necessitava de profissionais habilitados para transferir tecnologia agropecuária altamente competitiva, e a Universidade, através dos cursos das ciências agrárias, mas principalmente através da disciplina de Extensão Rural, assumia a responsabilidade da formação destes recursos, tal qual era requerida pelo mercado de trabalho.

Tanto os organizadores dos primeiros currículos dos cursos da área das agrárias, como os que elaboraram e implementaram os primeiros programas da disciplina que estamos tratando, ao que tudo indica, estavam convencidos do papel que estava reservado a mesma na formação do profissional das ciências agrárias, dando-lhe um caráter de terminalidade profissional, ou seja, o de disciplina de saída, que tem a finalidade específica de preparar o futuro profissional para transferir ao público alvo a tecnologia apreendida nas demais disciplinas. Sua posição nos últimos semestres dos currículos reafirma o que estamos dizendo.

3. A Fase da Releitura da Realidade e da Crítica aos Modelos

Deixando de considerar qualquer possível tentativa isolada de alteração dos conteúdos programáticos e/ou das estratégias metodológicas que conformavam o programa de ensino da disciplina de Extensão Rural, de enfoque difusionista e oficialista, nos centraremos no primeiro grande intento de reformulação dos mesmos, de caráter nacional.

Aconteceu na década de 70, apesar da importância que o regime militar dava ao trabalho de transferência de tecnologia para o campo, ou quem sabe por isso mesmo, como uma forma de questionamento ao programa vigente. O debate acadêmico em torno da disciplina avança consideravelmente, dando origem a um processo de revisão crítica dos conteúdos programáticos e das abordagens metodológicas que até então caracterizavam a disciplina.

É bom lembrar que, apesar de estarmos em plena vigência do processo de modernização conservadora da agricultura, já no final da década de 70 eram comuns os diagnósticos e as denúncias de consequências sociais, econômicas e ecológicas, ditas perversas, advindas daquele processo modernizador. Um grupo de cientistas sociais da academia, com destaque para alguns sociólogos e economistas de renome nacional, lidera o movimento de denúncias às chamadas consequências perversas do modelo de desenvolvimento adotado. As críticas ao modelo de desenvolvimento agrícola são logo incorporadas ao debate que se estabelecia em torno da disciplina de Extensão Rural pelos professores de algumas Universidades, e será, a partir daí, o “pano de fundo” das revisões das ementas e programas da disciplina em questão.

A partir das deliberações de uma reunião que aconteceu na Associação Brasileira de Ensino Agrícola Superior (ABEAS), os professores de Extensão Rural, ainda na década de 70, deram um importante passo na direção de uma reformulação radical do programa da disciplina. As reuniões de Belo Horizonte (1977) e Viçosa no mesmo ano, bem como a do Rio de Janeiro (1979), resultaram num novo programa para a disciplina que, basicamente, retirava o enfoque centrado no arsenal metodológico para a difusão de inovações na agricultura. O novo programa proposto centrava-se na leitura da realidade rural e na busca de alternativas de transformação desta realidade através da elaboração de projetos alternativos de intervenção no meio rural. Portanto este programa tinha o objetivo de preparar o futuro profissional para atuar no processo de mudança social de maneira crítica e criativa. Uma outra característica importante era que o Serviço Oficial de ATER passava a ser considerado apenas como uma das formas de intervenção na realidade rural, o que sem dúvida constituía-se numa mudança considerável em relação ao programa anterior.

Este novo programa foi adotado em várias Universidades e se consolidou na década de 80. Constituiu-se assim a fase que se caracterizou pela análise crítica da ação extensionista oficial e pelas

descrições e análises dos principais problemas que conformavam o quadro, cada vez mais diversificado e complicado, da realidade rural. O problema crucial que se detectou na adoção deste programa foi a falta de propostas concretas capazes de desencadear as ações diferenciadas que se propunha considerar como adequadas para o momento. Tanto o conteúdo programático como a proposta metodológica eram apropriados para proporcionar condições de leitura da realidade, mas pouco ou quase nada propositivos em termos de ações concretas sobre a problemática que fosse detectada. Numa análise mais detalhada dos novos conteúdos propostos pode-se constatar que a unidade que tratava da metodologia de extensão rural, expressa em métodos e técnicas do trabalho extensionista, permanecia quase que intacta. É bem possível que a falta de novas estratégias metodológicas devidamente referendadas, tenha sido a responsável pela permanência dos antigos e tão decantados métodos e técnicas de extensão rural, sem maiores questionamentos.

No entanto, nem todas Universidades adotaram o novo programa, permanecendo, por muitos anos, em muitas delas, o programa anterior que mantinha o enfoque centrado na difusão de tecnologia. Como exemplo podemos citar, mais uma vez, a UFSM que, através do Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural, não adotou o novo programa imediatamente após as reuniões de professores, fazendo-o progressiva e parcialmente no decorrer da década de 80, através do trabalho de alguns professores e, principalmente, sob pressão de parte do corpo discente constituído de alguns grupos mais conscientizados da necessidade de uma abordagem menos difusionista/inovadora e mais humanista e globalizadora da atuação do técnico no meio rural.

Como podemos ver, as relações e inclusive as vinculações dos professores de Extensão Rural com o Serviço Oficial de ATER era tão forte que prevaleceu, em alguns casos, sem grandes alterações, mesmo ante os resultados de uma discussão nacional que chegou a reunir 48 professores das Universidades de todo o Brasil e que apontavam para outro rumo.

Enquanto mantinham o enfoque centrado na ação extensionista oficial, os programas de ensino subestimavam as novas agências e os novos agentes que começavam a atuar no meio e que muitas vezes apresentavam uma proposta de trabalho diferenciada daquela tida até então como modelo. Somente passaram a preocupar-se com o problema quando estas novas agências começaram a ocupar um espaço significativo no mercado de trabalho dos egressos dos cursos das ciências agrárias.

Mas foi sem dúvida a falta de uma proposta diferenciada de intervenção no meio que fez com que esta primeira mudança significativa nos programas da disciplina, concebida na década de 70, que inicialmente tanto impacto causou nos meios acadêmicos, não tenha apresentado condições de firmar-se como programa alternativo por muito tempo. Por outro lado, sendo um programa muito aberto e muito amplo, acabou também permitindo que os professores privilegiassem alguns temas em prejuízo

de outros, de acordo com suas convicções, suas experiências pessoais e até mesmo suas posições ideológicas, já que o programa se prestava para isto.

Em suma, o novo programa, originário das reuniões de professores na década de 70, foi adequado para se questionar o modelo oficial de ATER e propor-se novas formas de leitura da realidade rural, mas não conseguiu ser propositivo em relação à novas estratégias de intervenção no meio.

4. A Fase da Adequação ao Novo Paradigma Tecnológico

A partir do início década de 90, constata-se a proliferação de trabalhos científicos que sinalizam para a falência do modelo agrícola convencional, em função das consequências socio-econômicas e ecológicas provocadas por algumas de suas características diferenciadoras, como por exemplo, a maximização do uso de insumos externos, o consumo de energia fóssil, a degradação dos recursos naturais durante o processo produtivo, ser poupador de mão de obra e capital intensivo. Alguns destes trabalhos a que nos referimos centram suas análises nas consequências negativas que o uso de determinados insumos químicos (insumos que são indispensáveis no modelo agrícola convencional) acarretaram ao ambiente. Outros trabalhos enfocam mais o uso inadequado dos recursos naturais na atividade produtiva agropecuária, comprometendo o potencial produtivo dos mesmos em prejuízo das gerações futuras. E um outro tipo de trabalho que encontramos centra sua preocupação no estudo das consequências socio-econômicas geradas por uma política agrícola excludente que provocou enormes desigualdades sociais, cuja expressão mais cruel se traduz na fantástica expulsão do campo de um significativo contingente de agricultores.

A partir do debate que se estabelece em cima do questionamento do padrão agrícola de desenvolvimento, agora visto com outras lentes que permitem uma visão mais global e integradora da problemática do desenvolvimento rural, evolui-se para uma situação de busca de um novo paradigma de desenvolvimento rural.

Os Encontros e Conferências nacionais e internacionais bem como os Documentos de organismos internacionais vêm somar-se ao trabalho persistente de algumas ONGs na constatação da situação falimentar do modelo agrícola ainda vigente e na necessidade da construção de um novo paradigma tecnológico para o desenvolvimento sustentável. Mais recentemente incorporaram-se ao debate algumas importantes Organizações Governamentais nacionais e regionais, principalmente as encarregadas da pesquisa e da extensão rural, fato este que reforça mais ainda a sinalização de que a suposta falência do modelo agrícola começa realmente a preocupar.

O grande desafio da atualidade não se traduz somente em enfrentar a crise de um paradigma, mas a busca de um novo paradigma tecnológico para o desenvolvimento rural, capaz de incorporar em seu arcabouço teórico e instrumental, elementos capazes de responder as demandas da sociedade organizada, principalmente as daqueles segmentos sociais que foram marginalizados pelo modelo agrícola vigente, demandas estas que, inclusive, já foram reconhecidas como legítimas em programas de desenvolvimento patrocinados por Organizações Governamentais. A construção de um novo paradigma para o desenvolvimento rural deverá passar, obrigatoriamente, pela academia e, portanto, deverá ocupar, cada vez mais, o tempo dos pesquisadores e dos professores universitários envolvidos com as ciências agrárias.

Especificamente, para os professores de Extensão Rural, o desafio se traduz na urgente necessidade da adequação do programa da disciplina, ou seja, de seus conteúdos programáticos e estratégias metodológicas, aos pressupostos de um novo padrão de desenvolvimento rural, sustentável em sua dimensão ambiental e produtiva, economicamente eficiente e socialmente equitativo.

5. Considerações Finais

No nosso entender, o que devemos considerar, e o que efetivamente já esta sendo feito em algumas universidades, é a definição de uma nova abordagem para a disciplina de Extensão Rural, que esteja ancorada epistemologicamente nos pressupostos da agricultura sustentável, destacando-se a adoção do enfoque sistêmico na fase de diagnóstico e definição de estratégias de ação, e uma visão renovada sobre o uso dos recursos naturais e dos insumos externos. Igualmente devem ser considerados os pressupostos de que as novas tecnologias e sua forma de socialização devem ser trabalhadas, levando-se em consideração as características regionais, a participação dos segmentos diretamente envolvidos na produção, de formas a garantir-se a rentabilidade da agricultura com maior equidade na distribuição dos seus resultados e preservação do potencial produtivo da mesma para as próximas gerações. Apesar da polêmica que existe, uma opção pela agricultura familiar como o "lócus" onde o novo paradigma encontrará suas melhores condições de realização, aparece em muitas das propostas que estão sendo apresentadas.

Um novo programa da disciplina de Extensão Rural, com vistas a uma agricultura sustentável, já está sendo discutido e testado por algumas universidades da Região Sul. É preciso que as mesmas agilizem os procedimentos acadêmicos adequados de pesquisa, de comunicação e troca de experiências, no sentido de viabilizar o mais rápido possível a adequação da disciplina às demandas de formação de um profissional preparado para atuar na perspectiva do desenvolvimento sustentável.

6. Bibliografia

- CAPORAL, F. R., FIALHO, J. R. D. **A Extensão Rural e os Limites à Prática dos Extensionistas no Serviço Público.** XXIX Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural SOBER. Campinas, 1991.
- CAPORAL, F. R., FIALHO, J. R. D. **A Disciplina de Extensão Rural no Curso de Agronomia da UFMS: Análise Geral e Sugestões de um Novo Programa.** Santa Maria. CPGExR. UFMS, 1989. 41 p. mimeografado.
- CUNHA, C. F. L. e FIALHO, J. R. D. *Agricultura Familiar no Contexto de um Novo Paradigma de Desenvolvimento (Sustentável).* In: **Anais do Projeto de Intercâmbio de Pesquisa Social na Agricultura-PIPSA**, Região Sul. Pelotas: Departamento de Ciências Agrárias, UFPEL. 1995. p.1.
- EHLERS, E. M. **"O que se entende por agricultura sustentável?"** São Paulo, USP - Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental, 1994. 161 p. Diss. de Mestrado.
- FIALHO, J. R. D. E SÁNCHEZ DE PUERTA, F. **Extensión y Desarrollo Rural en Contextos Políticos e Intelectuales Cambiantes: Andalucía (España Río Grande del Sur (Brasil).** Comunicación-presentada al IV Congresso Espanhol de Sociologia. Madri. 24 al 26 de Septiembre de 1992. (en prensa en Revista de Estudios Agrosociales).